



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECSTM/DPADI

PORTARIA Nº 11573

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições relativas à Administração que lhe são conferidas pelo inciso XXIII do Capítulo 9 do Manual de Organização do Superior Tribunal Militar (4224706), aprovado pelo Ato Normativo nº 830, de 11 de março de 2025, tal qual o contido no Memorando DIPES (4649387), de 11 de dezembro de 2025, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, listados abaixo, a fim de acompanharem e fiscalizarem a execução do **Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2025** (4590592), celebrado entre este **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e o **FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ONU**, com o propósito de concessão do direito de uso do jogo virtual de combate ao abuso, exploração e assédio sexual, de acordo com o Processo SEI nº 021551/25-00.261:

| GESTOR | | | | | |
|----------|---|-----------|------------------|---------|---------|
| Situação | Nome completo | Matrícula | e-mail funcional | Lotação | Ramal |
| Titular | ANA CRISTINA PIMENTEL CARNEIRO - Diretora | 59 | ana@stm.jus.br | DIPES | 150/277 |

| FISCAL TÉCNICO | | | | | |
|----------------|---|-----------|----------------------------|-------------|-------|
| Situação | Nome completo | Matrícula | e-mail funcional | Lotação | Ramal |
| Titular | MONICA DE MAGALHÃES MOREIRA - Coordenadora | 1017 | monicamagalhaes@stm.jus.br | CODEC/DIPES | 226 |
| Substituta | CAROLINA PEREIRA DE ARAÚJO - Chefe de Seção | 8406 | carolinaaraujo@stm.jus.br | SGSOA/SGEST | 7409 |

Art. 2º A equipe de fiscalização designada deverá observar os procedimentos, atribuições e competências constantes no **Manual de Acompanhamento e Controle de Contratos da Justiça Militar da União (MAC²)**, aprovado pelo Ato Normativo nº 829/2025 (4223642), e seus anexos, aprovados pela Portaria nº 10160/2025 (4241184), de 20 de março de 2025, como também deverão utilizar os novos modelos de documentos SEI, especificados nos Memorandos 4246862 e 4216731.

Art. 3º As substituições deverão seguir as disposições contidas no nº 2.4, do MAC², e informadas em tempo hábil para que não haja interrupção nas ações de fiscalização.

Art. 4º É obrigatório o lançamento de todos os atos administrativos provenientes da gestão/fiscalização contratual no Sistema ContratosGov (Contrato 28/2024 - SEI nº 3950476), após o cadastro do Contrato pela DILEO, no STM, ou pela Unidade responsável na Auditoria/ Foro.

Publique-se no BJM.

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 15/12/2025, às 17:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4693013** e o código CRC **80F0EE72**.